

PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL – PROINFO: TRADUÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

MAQUÉZIA EMÍLIA DE MORAIS

UERN. E-mail: maquezia@hotmail.com

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA MELO

UERN. E-mail: fatima.melo@live.com

JEAN MAC COLE TAVARES SANTOS

UERN. E-mail: maccolle@hotmail.com

Introdução

Este estudo aborda a proposta inicial do anteprojeto de mestrado submetido ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A pesquisa que estamos propondo tem como compromisso evidenciar como acontecem os processos de tradução do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) no contexto escolar do Município de Caraúbas/RN; analisar o processo de tradução do Proinfo a partir dos docentes; identificar as contribuições do uso do laboratório de informática, advindo pelo Proinfo e a possibilidade desse uso.

O percurso da investigação inicia no Curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), durante a realização do Estágio Supervisionado III¹, direcionado para a atuação do pedagogo nos espaços não – escolares. Naquela circunstância, na Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação, da Cultura e do Desporto, na cidade de Caraúbas – RN, obtivemos informações sobre a existência de algumas propostas políticas educacionais desenvolvidas neste Município, dentre elas, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – (Proinfo), realizado pelo Governo Federal, que atende professores da educação básica, com a

¹ Componente Curricular ministrado no 7º período no Curso de Pedagogia da UERN.

pretensão de capacitá-los e situá-los no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), enfatizando sua importância e necessidade frente às demandas sociais.

Visualizamos um discurso advindo pelas políticas públicas educacionais de acessibilidade as tecnologias da informação e comunicação – TIC direcionado aos atores. Investimos nos estudos que sinalizam as possibilidades de tradução da proposta, bem como as contribuições no contexto escolar. Nessa perspectiva, a discussão anunciada, remete a noção de política como tradução e não como transferência (LENDVAI; STUBBS, 2012). Nesta compreensão, reconhecemos que as políticas educacionais não visam o Estado como único responsável para a sua construção e desenvolvimento, pois sofrerá traduções pelos sujeitos inseridos no contexto escolar, que são os agentes envolvidos nessa proposta educacional (BALL, 2010). Enfatizaremos a relevância da abordagem do ciclo de políticas em contextos, organizada por Ball & Bowe (1992) que abarcam o contexto principais: o contexto de influência, contexto de produção de texto político, contexto da prática, advertindo que estes conjuntos não há uma hierarquização, este estudo nos adverte que as políticas não são “implementadas”, mas estão sujeitas a serem “recriadas”.

A abordagem do ciclo de políticas em contextos vem sendo corroborada como referência para os estudos de políticas educacionais, desta maneira aproveitamos esta discussão para analisar as traduções do Proinfo no contexto escolar, entendendo em Ball e Mainardes (2011) como o contexto da prática, em que há um processo de tradução das políticas educacionais possibilitados pelos os sujeitos envolvidos.

Amparamos na concepção de (Ball 2009, apud Mainardes 2011,p.6) para entendermos que o termo tradução é empregado para espelhar o processo de transformação e distintas interpretações a que toda e qualquer política estão sujeitas. E em (LENDVAI; STUBBS, 2012, p. 5) quando aborda que a “noção de tradução

problematiza a política, que é vista como um processo contínuo de deslocamento, perturbação, transformação e negociação”, desta maneira nos permite a compreensão da tradução como produtiva e criativa quando representa as políticas que permeia os contextos de uma nova maneira.

A discussão desse artigo está em pauta nos seguintes tópicos: no primeiro tópico discorreremos sobre a origem do estudo abordando os elementos que instigaram esta discussão, posteriormente apresentaremos o percurso metodológico da construção desta pesquisa e o seu lócus. Por fim, expomos uma sucinta discussão amparando em autores que estudam as políticas públicas educacionais descentralizadas da perspectiva estatal e faremos alusão a teóricos que refletem sobre as tecnologias da informação e comunicação na sociedade vigente.

Origem do estudo

O interesse em conhecer as propostas políticas educacionais no contexto escolar fluiu durante a realização do Estágio Supervisionado III, em decorrência o estudo aflorou no trabalho de conclusão de curso – TCC. Além disso, emerge na atuação como voluntária do projeto de pesquisa, em Pedagogia, Letramento Digital e Alterações Curriculares no Espaço Escolar², entre 2012 e 2013. A aproximação com os objetivos desta pesquisa instigou-nos ao mesmo tempo pela pretensão deste estudo, quando a mesma caracteriza:

Young, (2012) aponta:

A abordagem sobre letramento digital nos inquieta por ser urgente o domínio das TIC's nas escolas, algo que vem sendo priorizado pelas políticas públicas de inclusão digital. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) tem investido tanto em aparato tecnológico instru-

² Pesquisa institucionalizada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG/UERN, pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UERN.

mental como em formação para os professores, instituindo o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO – SEED/MEC) uma formação continuada para lidar com as novas tecnologias.

Dessa forma, este estudo consiste também em compreender, fundamentado em Ball e Bowe (1992), que as políticas do Estado não são “implementadas”, mas ela sofre ressignificação, tradução. Assim, o investimento das políticas do governo sobre o Proinfo, construídas no contexto da produção de texto sofrerá traduções, interpretações, leituras no contexto da prática, ou seja no contexto escolar, arena onde a política está sujeita a tradução.

Esta discussão, Mainardes (2006, p. 5) realça que:

Os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.

Dessa forma, a tradução no contexto escolar é contemplada pela ação dos atores inseridos no espaço escolar e a sua compreensão sobre o contexto em que está envolvido é crucial para a tradução das políticas educacionais. Tendo em vista a necessidade de rompimento com a visão estadocêntrica pontuando que toda política está sujeita a tradução.

Neste sentido, Lopes e Macedo (2011) corroboram que o contexto da prática é a arena onde a política produz efeito e consequências. Portanto, a proposta política “original” do Proinfo construída com um sentido de formação poderá sofrer novos sentidos e traduções pelos professores e demais profissionais que tem o controle do processo e não são “implantadores” da política, mas a interpretam e traduzem a partir do contexto envolvido.

Neste estudo, vislumbramos a possibilidade de com os resultados construídos possamos contribuir em um novo olhar para

os profissionais que traduzem as políticas como possibilidades de colaboração nas instâncias envolvidas, pois acordamos com (Ball, 2012) quando se aproxima da ideia que as políticas são esforços coletivos e de múltiplos níveis de interpretação e tradução.

Abordaremos nesta perspectiva a políticas educacionais do Proinfo, como parte da nossa pesquisa, em uma política que convém ser descentralizada e que não pode ter um controle da construção dos sentidos, das interpretações e das traduções. Adotaremos como base o contexto escolar como o contexto da prática presente em Ball e Mainardes (2011), instância em que a política produz efeito e consequência, representando ressignificações e recriações, para entendermos que no contexto escolar possibilitará o processo de tradução das políticas.

Metodologia

A construção da pesquisa consiste numa investigação de natureza qualitativa, baseada em Santos (2005), enfatiza que a subjetividade humana não pode restringir-se à quantificação ou a números. Procuramos refletir sobre os processos de tradução que os professores realizam sobre o Proinfo no contexto escolar.

Os instrumentos metodológicos propostos são: coleta de dados, consultas aos documentos oficiais em conjunto a Secretária de Educação de Caraúbas, município da pesquisa, pois, como reforça Godoy (1995, p. 2), “[...] acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de caráter inovador, trazendo contribuições importantes.”

Tendo em vista que nossa atenção se direcionará para os professores e demais profissionais que atuam no processo de tradução das políticas no contexto escolar das escolas públicas de Caraúbas – RN, os passos a serem seguidos são: nosso estudo se conduzirá com algumas escolas que são atendidas pelo Proinfo no município de Caraúbas/RN. Atualmente, 31 escolas são assistidas

pelo Proinfo: 07 municipais, na área urbana; 05 municipais, na área rural; 17 unidades do Centro Municipal do Ensino Rural – CEMER³; e 02 da rede estadual. Há em torno de 07 escolas já contempladas pelo Programa com laboratórios de informática.

Desta maneira, elencaremos os lócus de pesquisa como o campo empírico as seguintes escolas: Escola Municipal Josué de Oliveira; Escola Municipal Jonas Gurgel e Escola Municipal Acaci Viana, localizada na zona rural do Município de Caraúbas, na tentativa de investigar os processos de tradução da proposta política do Proinfo em cada contexto escolar. Nestes espaços escolares, trabalharemos com 2 professores de cada instância, utilizando-se de entrevistas para percebermos nos discursos as possibilidades de tradução no contexto escolar, bem como compreender aos processos de tradução distintas em cada contexto escolar pesquisado, pois reportamos no pensamento de Ball, Mainardes (2011) que: “As políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”. (interpretação é uma questão de disputa, uma ou outra interpretação predominará).”

Desta maneira, as entrevistas pretendem identificar no discurso dos agentes educacionais as possibilidades de tradução do Proinfo, presente no contexto da prática, referenciando em Denys e Lopes (2007, p. 2) que a circulação de discurso e suas múltiplas reinterpretações evidencia a inexistência de um único centro definidor da política.

Discussões

Iniciamos nossa discussão com uma breve abordagem sobre o Proinfo, considerando que nossa pretensão se direciona para esta

³ São as unidades que não possuem gestão no ensino infantil, as mesmas são gerenciadas por uma equipe pedagógica de funcionários que atuam na Secretaria de Educação em Caraúbas.

proposta política educacional. A princípio, denominado Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), construído através da portaria nº 522 em 09/04/1997⁴ do Governo Federal do Brasil, com a participação do Ministério da Educação – MEC e iniciativa da Secretaria de Educação à Distância – SEED/MEC. O Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) do MEC é a iniciativa central do País na introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na escola pública como ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem. (TAKAHASHI 2000, p. 77)

Para ampliar a realização do Programa, a Secretaria de Educação à Distância – SEED, em 2007, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que aborda a educação em todos os aspectos políticos, econômicos e sociais, elaborou a revisão do Proinfo. Com o Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, este passou a intitular-se Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo. As ações estruturadoras do Proinfo foram estendidas, conforme apontado por Takahashi (2000, p. 82), para, dentre outras ações, expandir as metas de informatização da rede pública bem como capacitar o professorado no uso efetivo das TIC na prática de ensino e contemplar também a utilização de softwares livres em educação.

Dessa forma, devido a sociedade atual ser marcada por aparatos tecnológicos eletrônicos, e digitais é conceituada como a sociedade do conhecimento (Valente, 1999). Nesse sentido, Pretto (2007) corrobora com Valente (1999) versando sobre a concepção que convivemos na sociedade do conhecimento e acentua que um dos subsídios mais provocantes é a velocidade com que as tecnologias, em especial, as da informação e comunicação chegam e desaparecem.

Valente (1999) também evidencia que apesar de vivermos numa sociedade cercada com informações advindas pelas mídias,

⁴ Dados referenciados pelo site: <http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>.

tecnologias e demais meios de comunicação, não significa alegar que temos pessoas com mais conhecimento. Sobre esta reflexão, corroboramos com Valente (1999, p.1) quando aponta que:

O conhecimento é o que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação. É o significado que atribuímos e representamos em nossas mentes sobre a nossa realidade. É algo construído por cada um, muito próprio e impossível de ser passado. O que é passado é a informação que advém desse conhecimento, porém nunca o conhecimento em si.

É neste sentido que Moran (2009) assinala que nós precisamos reinventar a forma de ensinar e aprender, presencial e virtual, diante de tantas mudanças na sociedade e no mundo do trabalho. Na escola, no trabalho, em casa, podemos aprender continuamente, de forma flexível, reunidos numa sala ou distantes geograficamente, mas conectados através de redes. Assim, os objetivos do Programa foram reestruturados de acordo com o Decreto Nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007⁵, em consonância com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Desse modo, podemos ler na Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, mais precisamente no artigo 84, incisos IV e VI que o Proinfo intenta:

- I – promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II – fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III – promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- IV – contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm. Acesso em 25 de julho de 2013.

computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;

V – contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e

VI – fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

Na tentativa de responder a seus objetivos, o Proinfo realiza cursos de formação continuada para os professores manusearem as tecnologias da informação e comunicação no espaço escolar através da inclusão digital. Os cursos acontecem em três modalidades: Introdução à educação digital (40h); Tecnologias na educação – ensinando e aprendendo com as TIC (100h); Elaboração de projetos (40 h). No município de Caraúbas, campo da pesquisa, foram realizados 2 cursos de Introdução à educação digital, 2 cursos Ensinando e aprendendo com as TIC e 2 curso Elaboração de projetos.

Estes cursos de formação continuada possuem, como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, o E-proinfo⁶. Nele acontecem as atividades de Educação à Distância, tais como postagem dos trabalhos desenvolvidos, espaços para comentários, fóruns de discussão, bate papo, notícias. O Ambiente possui acervos, atividades, links como os do Ministério da Educação, Portal do Professor, TV Escola, Biblioteca Virtual, indicações de concursos e cursos em todo o País. Por ser uma ferramenta tecnológica subsidiada pela internet, os professores cursistas podem realizar as atividades dos cursos em qualquer lugar que tenha acessibilidade à rede de computadores.

Na proposta política do Proinfo no município de Caraúbas, iniciada no ano de 2009, a Prefeitura Municipal fez a adesão ao Sistema e passou por dois processos: o cadastro do prefeito no

⁶ Site de acompanhamento das atividades nos cursos de formação continuada pelo Proinfo. Disponível em: http://eproinfo.mec.gov.br/fra_eProinfo.php?opcao=1.. Acesso em 30 de julho de 2013.

Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC e a seleção prévia das escolas a serem contempladas com o laboratório de informática, antevendo as estruturas físicas das salas nas quais seriam instalados os laboratórios, que cabe a Prefeitura o processo de reconstrução.

Conforme o site oficial do Proinfo⁷: O MEC/FNDE compra, distribui e instala laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica. Em contrapartida, os governos locais (prefeituras e governos estaduais) devem providenciar a infraestrutura das escolas, indispensável para que elas recebam os computadores.

Nesta perspectiva, construiremos uma reflexão sobre as possibilidades de tradução do Proinfo no contexto escolar do município de Caraúbas/RN, bem como as contribuições do uso do laboratório de informática, advindo pelo Proinfo, e a possibilidade desse uso

Para trabalhar o processo de tradução aqui citado, nos reportaremos nas ideias de Mainardes (2011) quando destaca que a tradução é uma questão de disputas e embates, sendo que os profissionais que atuam no contexto escolar fazem a tradução das políticas com suas histórias, experiências, valores e propósitos. Por isso, a tradução é o novo sentido que se constrói da política na prática.

Assim, apoiamos nas ideias de (Ball 2009, apud Mainardes, 2011. p.6) quando considera que:

A “tradução” das políticas no contexto da prática envolve processos complexos de empréstimos, apropriação e adaptação que são feitos por meio de redes de atores/participantes, dentro e fora da escola, engajados na colaboração/negociação em diferentes circunstâncias (equipes, histórias institucionais) e com diferentes formas e volumes de recursos.

Nos respaldamos ainda na concepção de que a tradução é uma construção dinâmica, pela fluidez dos processos políticos e

⁷ Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo>. Acesso em 25 de julho de 2013.

pela rede de atores envolvidos na elaboração de questões e discursos. (LENDVAI; STUBBS, 2012, p.27). Ao acreditar que toda proposta política está sujeita a recriação, podemos considerar que a tradução do Proinfo ocorrida no contexto escolar envolve esta apropriação e adaptação na medida em que os atores envolvem-se em diferentes situações no contexto escolar.

Neste sentido, nos sustentaremos em Mainardes (2011, p. 4) que reverbera à luz do pensamento de Ball (2011):

Há um processo central de tradução e recriação o que torna os sujeitos atores ativos das políticas. Portanto, uma análise séria de políticas educacionais precisa estar atenta às diversas interfaces que elas apresentam e, do ponto de vista crítico, deve-se colocar a serviço da luta por justiça social.

É neste sentido que vislumbramos o Proinfo, como uma política educacional, interpretada e traduzida, pois os grupos atuam na sua construção em disputas e embates. Desta maneira, o Proinfo vai ganhando novo sentido e assim recontextualizando seu contexto. Nos respaldamos na concepção de Lopes (2011) que ao evidenciar as políticas, aponta brevemente que algumas pesquisas sobre as políticas públicas assinala a interlocução de ações governamentais, assumindo a concepção de política como uma visão linear, sendo emanadas do Estado. Porém a autora compartilha com a abordagem do ciclo de políticas de Ball, constituído por três contextos principais, sendo o contexto de influência onde as políticas são iniciadas e ganham legitimidades; o contexto de produção de textos onde as políticas ganham forma, textos, vídeos conferências e o contexto da prática onde as políticas estão sujeitas a interpretação e tradução, ganhando novos sentidos de acordos com os sujeitos envolvidos.

Desta forma, partiremos desta premissa de ciclo de políticas para analisar as possibilidades de tradução no contexto da prática, o contexto escolar. Para Ball, Mainardes (2011), a abordagem do ciclo de políticas é usada como referência em vários contextos edu-

acionais, visto que compreendemos que não é só o governo que faz políticas, mas as instituições têm políticas, as pessoas nas suas práticas têm políticas e podem influenciar no contexto de elaboração e construção das políticas.

Considerações

Diante do exposto, reforçamos a relevância em compreender o processo de tradução, de apropriação que os sujeitos constroem da política na tentativa de recriar novos sentidos, que possibilita uma recontextualização sobre a política proposta, que de certo modo vai interferir no contexto de produção de texto, arena onde os textos políticos representam a política.

Neste sentido, entendemos que o procedimento de tradução das políticas atribui uma complexidade em seu processo de apropriação e adaptação que são constituídas por meio do envolvimento dos sujeitos ‘atores’, professores, alunos, comunidades e demais profissionais que participam do seu desenvolvimento no contexto da prática, ao invés de serem simplesmente “implementadas”.

Se faz urgente pensar nas políticas como suscetível à tradução, superando a ideia de verticalização das políticas como advindo do governo e implementadas pelos agentes escolares. Os docentes em suas práticas constroem políticas, por fazer parte do sujeito enquanto ser político e alteram seu ambiente de ensino apropriando-se de sua história, de eventos formais ou informais e aproveitar a política construída no contexto escolar é um importante instrumento para alargar a política envolta no contexto da prática.

Referências bibliográficas

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez.

BRASIL, Presidência da República. **Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300>. Acesso em 25 de julho de 2013.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

LENDVAI, Naomi; STUBBS, Paul. **Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, vº 01, p. 11-31, jan/jun. 2012.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. Editora: CORTEZ, 2011.

MAINARDES, Jefferson.(Org.). **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10.05. 2013.

_____. **A organização da escolaridade em ciclos e as políticas de Currículo**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.1 Abril/2011. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em 10-05-2014.

PRETTO, Nelson De Luca: **Educar na era digital: construindo redes colaborativas**. 2007. Disponível em < http://www.educacaoa-distancia.blog.br/revista/ucp_nelsonemariahelenas.pdf >. Acesso em 02 de agosto de 2013.

SILVA, Denys Brasil Rodrigues da; Lopes, Alice Ribeiro Casimiro. **Competências nas políticas de currículo: recontextualização pela comunidade disciplinar de ensino de física**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências Vol. 7 No 1, 2007. Disponível

em: <http://www.cienciamao.usp.br/dados/rab/_competencias-napoliticas.artigoCompleto.pdf>. Acesso em 20 maio. 2014.

TAKAHASHI, Tadao. (org). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VALENTE, Armando José. **Diferentes abordagens de Educação à Distância**. 1999. Disponível em < <http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca.cgd/195.pdf>> Acesso em: 24 de julho de 2013.

YOUNG, Regina Santos. **Letramento Digital e Alterações Curriculares no Espaço Escolar**. Pesquisa PIBIC UERN. Mossoró, 2012-2013.